

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Nº 18/2021

Assunto:

Chamada Pública para Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Prazo Mínimo para Recebimento das Propostas/Projetos.

Aos Agentes das Unidades de Controle Interno

O regramento para atendimento da alimentação escolar na rede pública de educação básica e o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, do Governo Federal, encontra amparo legal na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Além de contemplar uma série de diretrizes para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, a norma estabelece em seu art. 14:

Art. 14 Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. – grifo nosso.

Grande parte dos municípios utiliza a chamada pública para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, conforme regra do art. 30 da Resolução nº 06/2020, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:

Art. 30 A aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Família e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, nos termos do art. 14 da Lei 11.947/2009, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se

os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

*§ 1º Quando a EEx optar pela dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009, **a aquisição será feita mediante prévia chamada pública.***

§ 2º Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações. (grifamos)

Ao analisarmos alguns editais de chamamento para aquisição de gêneros alimentícios, identificamos que muitos municípios não estão observando o prazo mínimo para o recebimento das propostas/projetos, que é de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de publicação do Edital de abertura da chamada pública.

A falta de regramento específico sobre a chamada pública na Lei de Licitações é uma das razões que confunde os operadores dos setores de licitações. Salientamos que o prazo mínimo que deve ser observado na chamada pública para aquisição de gêneros de alimentação escolar da agricultura familiar, está regulado pelo parágrafo único do art. 32, da Resolução FNDE/CD nº 06/2020:

Art. 32 As EEx deverão publicar os editais de chamada pública (modelo no anexo VI) para aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar em sítio eletrônico oficial e na forma

de mural em local público de ampla circulação e divulgar para organizações locais da agricultura familiar e para entidades de assistência técnica e extensão rural do município ou do estado. Se necessário, publique-se em jornal de circulação regional, estadual ou nacional e em rádios locais

Parágrafo único. Os editais das chamadas públicas devem permanecer abertos para recebimento dos projetos de venda por um período mínimo de 20 dias corridos. (grifamos)

Por oportuno, recomendamos que as UCCIs observem os últimos editais de chamada pública realizados no respectivo ente, em especial com relação

ao prazo para recebimento das propostas, e, caso identifiquem o não cumprimento do diploma legal citado, emitam recomendação para o setor de licitações e contratos, orientando a forma adequada a ser observada.

Taquara/RS, 19 de março de 2021.



GESTÃO
Inteligência em
Administração Pública *20 Anos*